



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Justiça do Trabalho - 2ª Região

**XXI CONCURSO PÚBLICO PARA INGRESSO NA MAGISTRATURA DO
TRABALHO DA 2ª REGIÃO**

1ª Prova - CONHECIMENTOS GERAIS - 1ª Etapa - 19.OUT.96

PROVA DE DIREITO DO TRABALHO, DIREITO PROCESSUAL CIVIL, DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO, DIREITO PREVIDENCIÁRIO, DIREITO CONSTITUCIONAL, DIREITO ADMINISTRATIVO, DIREITO PENAL, DIREITO INTERNACIONAL, DIREITO CIVIL (LEI DE INTRODUÇÃO, PARTE GERAL E OBRIGAÇÕES) E DIREITO COMERCIAL.

INSTRUÇÕES

1. Verifique se este caderno de prova contém: 50 (cinquenta) questões.
2. Cada questão possui apenas uma alternativa correta.
3. Use somente caneta esferográfica azul ou preta.
4. Os fiscais não darão qualquer esclarecimento sobre as questões formuladas. A compreensão destas é encargo do candidato.
5. São proibidas quaisquer consultas.
6. Não rubrique, nem rasure a Folha de Resposta, do contrário será anulada a prova.
7. É proibido o uso de corretivos.

**DURAÇÃO DA PROVA: 04 HORAS
BOA SORTE.**

COMISSÃO DO CONCURSO

Juiz CARLOS ORLANDO GOMES - Presidente
Juiz DECIO SEBASTIÃO DAIDONE
Dr. CÁSSIO MESQUITA BARROS JUNIOR - Membro da OAB

COMISSÃO EXAMINADORA

Juiz FRANCISCO ANTONIO DE OLIVEIRA - Presidente
Juiz CARLOS ROBERTO HUSEK
Dr. ANTONIO CARLOS VIANA DE BARROS-Membro da OAB

OBS.: O gabarito desta prova será publicado no dia 22 de outubro de 1996, no Diário Oficial do Estado de São Paulo, Poder Judiciário, Caderno I, Parte II.



COMISSÃO DE CONCURSO PARA MAGISTRATURA



DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

1. "A" propõe ação contra "B". "B" não se defende e foi considerado revel. Em sendo a sentença líquida, quando citado para pagamento garantiu o juízo e apresentou embargos invocando a nulidade da sentença por vício de citação.
 - a) correto o procedimento.
 - b) somente através da ação anulatória poderia discutir o vício de citação.
 - c) somente através de mandado de segurança, poderia invocar a nulidade por vício de citação.
 - d) na primeira vez em que falou nos autos, deveria a parte usar do recurso ordinário e ali pedir a nulidade do julgado por vício de citação.

2. Execução. Fiel depositário que desaparece com o bem penhorado. Da prisão como depositário infiel.
 - a) a prisão deverá ser determinada ante a recusa.
 - b) a nova Carta Política não premia a prisão do depositário infiel.
 - c) a parte interessada deverá promover a ação de depósito. Somente após instruída e julgada procedente a ação é que terá lugar a expedição da ordem de prisão dando antes oportunidade para que o depositário entregue o bem ou o equivalente em dinheiro.
 - d) a expedição de ordem de prisão do depositário infiel pressupõe prévia condenação em ação de depósito com determinação para a entrega do bem.

3. Empregado de ente público municipal com mais de ano de casa teve o seu contrato rescindido sem a devida homologação. Em juízo, alegou que não recebeu verbas rescisórias. Iniciativa probatória.
 - a) do empregado, pois quem alega deve provar.
 - b) do ente público por ausência de homologação.
 - c) do ente público por determinação legal.
 - d) do empregado posto que o poder público goza de presunção de veracidade.

4. Medida cautelar. Processo no tribunal pendente de apreciação de recurso. Competência, sabendo-se que há urgência.
 - a) do juiz de primeiro grau.
 - b) do tribunal.
 - c) do tribunal, através do relator, em caso de urgência.
 - d) do tribunal, através do colegiado, em caso de urgência.

5. Pendente ação na Justiça do Trabalho contra a empresa "A", esta alienou o único bem de valor patrimonial capaz de garantir a execução. Indique alternativa correta sabendo que a ação ainda estava na sua fase instrutória.
 - a) em não havendo execução, nenhuma fraude cometeu. Poderá a parte usar de medida cautelar com caráter preventivo.
 - b) a alienação é fraudulenta (fraude à execução) e é nula.



- d) a alienação é fraudulenta (fraude à execução) e é ineficaz.
6. Recurso adesivo. Efeitos.
- a) devolutivo e suspensivo.
 - b) devolutivo.
 - c) nenhum efeito.
 - d) suspensivo.
7. Pendente recurso ordinário no TRT, a parte ajuíza incidentalmente ação cautelar. Negada a liminar, a parte adversa apresenta defesa. O relator recebe a defesa como agravo regimental. Indicar alternativa correta.
- a) procedimento do relator está incorreto.
 - b) negada a liminar, a cautelar incidente se exaure.
 - c) cautelar incidente não aceita defesa.
 - d) não cabe cautelar incidente em recurso ordinário.
8. "A", sócio da empresa "Y", teve seus bens penhorados para pagamento de dívida da sociedade que se apresenta inidônea econômica e financeiramente para suportar a dívida. Qual o remédio processual a ser utilizado sabendo que houve excesso de execução?
- a) embargos à penhora onde discutirá toda e qualquer matéria.
 - b) embargos à execução, mas somente discutirá matéria relativa à penhora.
 - c) embargos de terceiro para argüir a nulidade do julgado por excesso de execução.
 - d) embargos de terceiro, mas a defesa será restrita ao bem penhorado.
9. Ajuizada ação e apresentada defesa, fora designada audiência de instrução para ouvir partes e testemunhas. O reclamante não compareceu estando presente o seu advogado e duas testemunhas. Indique a alternativa correta sabendo que na primeira audiência as partes saíram cientes nos termos da Súmula 74 do TST e o autor foi considerado confesso.
- a) com a ausência do reclamante inarredável é o encerramento da instrução, face à confissão real.
 - b) o reclamante tem direito de ouvir depoimento pessoal do preposto e bem assim suas testemunhas para ilidir a confissão ficta.
 - c) a confissão retira do reclamante o direito de ouvir o depoimento da parte contrária e testemunhas.
 - d) a confissão somente poderá ser ilidida por prova documental, defesa qualquer prova oral.
10. Mandado de segurança. Prazo para a autoridade prestar as informações.
- a) 5 dias.
 - b) 8 dias.
 - c) 10 dias.
 - d) 15 dias.
11. Conflito de jurisdição. Junta de Conciliação e Julgamento suscita conflito de jurisdição com uma das Turmas do Regional. Tem-se:



- a) procedimento correto e o julgamento será efetuado perante a Seção de Dissídios Individuais.
 - b) procedimento correto e o julgamento será efetuado perante o Órgão Especial.
 - c) procedimento correto e o julgamento será efetuado perante uma das Turmas do TST.
 - d) procedimento incorreto. Não existe o conflito de jurisdição na hipótese retro.
12. Recurso. Prazo para recolhimento de custas, prazo para efetuar o depósito recursal e prazo para comprovação de ambos.
- a) custas em 5 dias da interposição do recurso; depósito recursal deverá ser prévio; comprovação do depósito com o recurso e custas sem prazo certo.
 - b) custas em 5 dias da interposição do recurso; depósito recursal até o último dia do prazo recursal; comprovação do depósito até o último dia do prazo recursal e custas até 5 dias do seu recolhimento.
 - c) custas em 5 dias do último dia do prazo recursal; depósito prévio; comprovação das custas e do depósito até 5 dias do último dia do prazo recursal.
 - d) custas e depósito até o último dia do prazo recursal e comprovação de ambos até o 5º dia útil, contado do último dia do prazo recursal.

PROCESSO CIVIL

13. "A" propõe ação contra "B" e, após apresentada a defesa, "A" peticionou manifestando renúncia. O que o candidato faria se fosse juiz no processo?
- a) indeferiria o pedido posto que não poderá manifestar-se sobre o mérito quando sequer o processo foi instruído.
 - b) deferiria o pedido após ciência da outra parte.
 - c) deferiria o pedido sem a ciência e sem a concordância da outra parte.
 - d) deferiria o pedido após a ciência e a concordância da parte contrária (princípio do devido processo legal).
14. Exceção de Suspeição onde fora argüida a suspeição da maioria dos membros do tribunal. Competência para conhecer da matéria.
- a) do próprio tribunal através de convocação de juízes de primeiro grau para compor o "quorum".
 - b) do Superior Tribunal de Justiça.
 - c) do Supremo Tribunal Federal.
 - d) do próprio tribunal cujos membros foram argüidos de suspeitos.
15. Embargos de terceiro. Juízo deprecado do Rio Grande do Sul cumpre carta precatória de busca e apreensão oriunda da comarca de outro Estado. Competência.
- a) do juízo deprecante, neste caso.
 - b) do juízo deprecado, neste caso.
 - c) do juízo deprecado sempre.
 - d) do deprecado ou do deprecante, em dependendo do domicílio do terceiro embargante.

16. Bem levado a hasta pública. Condômino habilmente intimado exerce o seu direito de preferência logo após o encerramento da hasta pública.



- a) correto o procedimento.
 - b) deveria exercer o seu direito imediatamente à proposta ofertada por estranho, antes do encerramento da hasta pública.
 - c) a preferência poderá ser exercitada a qualquer momento, desde que não ultrapasse a 30 dias da hasta pública.
 - d) a preferência deverá ser exercitada dentro de 48 horas do encerramento da hasta pública.
17. Impedimento de mais da metade dos membros de tribunal regional para apreciar determinado recurso. Competência.
- a) do próprio tribunal através de convocação de juízes de instância imediatamente inferior para compor o "quorum".
 - b) do próprio tribunal através dos juízes não impedidos.
 - c) do Supremo Tribunal Federal.
 - d) do tribunal imediatamente superior.
18. Depois de iniciada a instrução e julgamento, ocorreu o falecimento do procurador do autor. Conseqüências sabendo que, no prazo marcado pelo juiz, a parte não constituiu novo mandatário.
- a) o processo permanecerá suspenso por 1 ano após o que será extinto sem o julgamento do mérito.
 - b) o processo correrá à revelia do autor que não poderá falar nos autos.
 - c) o juiz nomeará curador especial à lide.
 - d) o juiz extinguirá o processo sem julgamento do mérito.
19. Bem de família. Execução de sentença penal condenatória de ressarcimento. Sabe-se que o condenado possui apenas pequeno imóvel no qual reside com seus familiares entre os quais filhos menores. Penhorado imóvel.
- a) o imóvel é impenhorável segundo a Constituição
 - b) o imóvel é sempre penhorável.
 - c) o imóvel é impenhorável face à presença de filhos menores.
 - d) nesta hipótese o bem de família é penhorável.
20. Citação circunduta feita em homônimo. Decorridos menos de dois anos do trânsito em julgado.
- a) poderá ser objeto de ação anulatória.
 - b) não mais poderá ser discutida.
 - c) poderá ser discutida através de embargos.
 - d) poderá ser discutida através de ação rescisória.
21. Em se tratando de documento redigido em língua estrangeira o qual servirá de prova no Brasil, indicar a hipótese correta sabendo ser proveniente de ente público internacional.
- a) o original deve vir acompanhado de tradução devidamente registrada no Registro de Títulos e Documentos para valer em qualquer instância.
 - b) o documento redigido em língua estrangeira somente poderá ser juntado aos autos, quando acompanhado de versão em vernáculo, firmado por tradutor juramentado.
 - c) o documento deverá passar, antes, pelo crivo do "STF" para o juízo deliberatório.



- d) o princípio da informalidade que atua no processo admite que a tradução seja efetuada pelo cartório e, não havendo possibilidade, por terceiro devidamente compromissado.
22. Mandado de Segurança. Após apresentadas informações, o impetrante requereu desistência. O juiz deferiu sem ouvir a autoridade indigitada como coatora.
- a) mandado de segurança não admite desistência, estando incorreto o ato do juiz.
 - b) a desistência somente poderia ser deferida com a ciência e concordância da autoridade.
 - c) o ato do juiz está correto.
 - d) a desistência somente poderia ser deferida com ciência da autoridade ainda que esta manifestasse a sua discordância.
23. Determinado bem pendia de discussão litigiosa e estava depositado em mãos de um dos litigantes. O depositário efetuou a venda do bem a um terceiro, omitindo a litigiosidade pendente. Indicar alternativa correta, sabendo-se que através de busca e apreensão teve o terceiro de entregar o bem ao oficial de justiça.
- a) cuida-se de terceiro de boa-fé e o depositário deverá responder pela infidelidade.
 - b) cuida-se de terceiro de boa-fé que deverá demonstrar essa condição requerendo a sua vinda ao processo como assistente litisconsorcial.
 - c) cuida-se de terceiro de boa-fé que deverá demonstrar essa condição através de embargos de terceiro.
 - d) não é terceiro de boa-fé e nada poderá pleitear ou requerer no processo.

DIREITO DO TRABALHO

24. Empregador dispensou o trabalhador sem justa causa e concedeu o aviso prévio. Decorridos 20 dias do período de aviso prévio, o empregador praticou ato lesivo à honra do trabalhador e este ajuizou ação pleiteando a rescisão indireta. O que acontecerá com o aviso prévio?
- a) será devido o restante do aviso prévio em dobro.
 - b) será devido o restante do aviso prévio de forma simples.
 - c) será devido novo aviso prévio.
 - d) não haverá novo aviso prévio na rescisão indireta.
25. Rural. Rescindido ou findo o contrato de trabalho, o empregado será obrigado a desocupar o imóvel.
- a) em 30 dias.
 - b) em 60 dias.
 - c) em 90 dias.
 - d) por ocasião da homologação e pagamento das verbas.
26. Empresa entrega aparelho de proteção individual ao trabalhador mediante recibo e este não se utiliza do equipamento, negando-se mesmo a fazê-lo. Conseqüências.
- a) ninguém é obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa a não ser em virtude de lei.
 - b) comete ato faltoso perante o empregador.
 - c) não comete ato faltoso perante o empregador, posto que este não pode ir além da lei.



- d) cometerá ato faltoso se, admoestado, persistir.
27. Da Comissão Interna de Prevenção de Acidente. Duração do mandato e cargos de direção.
- a) duração de um ano, permitida uma reeleição. Empregador indicará o Vice-presidente e os empregados, o Presidente.
 - b) duração de um ano, não permitida a reeleição. Empregador indicará o Presidente e os empregados, o Vice-presidente.
 - c) duração de um ano, permitida uma reeleição. Empregador indicará o Presidente e os empregados, o Vice-presidente.
 - d) duração de um ano, permitida a reeleição. Empregador indicará o Presidente e os empregados o Vice-presidente.
28. Invenção. A quem pertence a invenção resultante da natureza dos serviços para os quais foi o empregado contratado?
- a) a ambos.
 - b) ao empregado.
 - c) ao empregado desde que registre o invento dentro dos primeiros seis meses.
 - d) à empresa.
29. Repouso hebdomadário tem lugar:
- a) no domingo.
 - b) durante a semana através dos descansos normais entre uma jornada e outra.
 - c) durante a semana nos intervalos durante a jornada.
 - d) durante as férias legais.
30. Contrato por prazo determinado. Vigência após a Constituição de 1.988.
- a) tem direito ao FGTS.
 - b) tem direito à indenização prevista em lei.
 - c) tem direito ao FGTS e à indenização prevista em lei.
 - d) tem direito ao FGTS e à diferença entre a indenização devida e o depósito fundiário efetuado.
31. Radialista. Contrato de trabalho de estrangeiro. Exigência.
- a) autorização do Ministério do Trabalho.
 - b) visto do sindicato da categoria, federação ou confederação.
 - c) autorização do Ministério das Relações Exteriores.
 - d) prévio recolhimento à Caixa Econômica Federal de importância equivalente a 10% do valor total do ajuste a título de contribuição sindical em nome da entidade da categoria profissional.
32. Ação proposta para cobrança de salários com permanência no emprego. Em sendo revel a empresa, a dobra salarial será:
- a) indevida face à revelia.
 - b) indevida na hipótese.
 - c) devida face à revelia.
 - d) devida sempre.



33. Da interrupção do contrato de trabalho e do depósito fundiário.
- a) será devido o depósito só em caso de acidente do trabalho.
 - b) será devido o depósito só em caso de acidente ou de doença profissional.
 - c) será devido o depósito no caso de prestação de serviço militar; licença para tratamento de saúde até quinze dias; licença por acidente do trabalho; licença gestante e licença paternidade.
 - d) o depósito somente é devido quando houver trabalho.
34. Equiparação salarial. Por motivo de deficiência física, o trabalhador foi readaptado em nova função, sem redução de salário
- a) poderá ser indicado como paradigma.
 - b) não poderá ser indicado como paradigma.
 - c) poderá ser indicado como paradigma, desde que decorrido período superior a ano e dia da readaptação.
 - d) poderá ser indicado como paradigma, desde que decorrido período inferior a um ano da readaptação.
35. Férias. Empregado deixou o emprego durante o período aquisitivo e foi readmitido no 48º dia subsequente à sua saída. Conseqüências.
- a) tem direito às férias.
 - b) não tem direito às férias, iniciando outro período aquisitivo.
 - c) só teria direito às férias se fosse readmitido nos primeiros 15 dias subsequentes à saída.
 - d) só teria direito às férias se fosse readmitido nos primeiros 25 dias subsequentes à saída.

DIREITO CIVIL

36. Contrato atípico. Configura-se:
- a) quando desprovido de denominação.
 - b) quando não está particularmente disciplinado em lei.
 - c) quando desprovido de denominação e não se enquadra num dos tipos legalmente definidos.
 - d) quando não possui uma das três espécies de cláusulas concebidas por POTHIER: essenciais, naturais e acidentais.
37. Do contrato derivado: possibilidade de coexistência:
- a) com todo e qualquer contrato.
 - b) com os que são celebrados "intuitu personae".
 - c) com aqueles contratos que admitem a transferência de suas utilidades a terceiro.
 - d) com aqueles contratos de execução instantânea.
38. Contrato. Consórcio de veículos. Desistência. Cláusula de devolução de cotas sem correção monetária. Conseqüências.
- a) deve prevalecer ao contrato face ao princípio da "pacta sunt servanda".
 - b) deve prevalecer pactuado face à autonomia da vontade, salvo erro ou coação.



- c) toda cláusula, ainda que tenha a concordância da parte, não surtirá efeitos se prejudicial.
- d) trata-se de verdadeiro contrato de adesão e a pena estipulada contraria preceito legal.

DIREITO COMERCIAL

39. Dentre as sociedades comerciais, uma existe que não necessita de nome comercial para a atividade mercantil. Aponte a alternativa em que ela aparece duas vezes:
- a) em nome coletivo, em nome coletivo, em comandita simples, LTDA, S.A.
 - b) Ltda., em comandita simples, anônima, em conta de participação, S.A.
 - c) em conta de participação, em comandita por ações, de capital e indústria, de capital e indústria.
 - d) anônima, em conta de participação, em comandita simples, em conta de participação.
40. A responsabilidade dos sócios nas sociedades anônimas se estende:
- a) até o limite do valor das ações em que se divide o capital social e que o sócio possui.
 - b) até o limite do valor das ações subscritas ou adquiridas.
 - c) até o limite do preço de emissão das ações subscritas na constituição da Companhia.
 - d) até o limite do preço de emissão das ações subscritas ou adquiridas.

DIREITO ADMINISTRATIVO

41. Indique a resposta correta.
- a) tendo em vista a sua atuação e finalidade, dois são os regimes normais dos servidores das pessoas de direito público: o estatutário e o trabalhista.
 - b) depreende-se dos artigos 39 e 41 da C. Federal que o constituinte empenhou-se em traçar os caracteres específicos de um regime diverso do trabalhista para os servidores públicos civis.
 - c) em consequência do que vem afirmado na hipótese anterior (letra "b"), conclui-se que tal regime único atinge, inclusive, os servidores das empresas públicas e das sociedades de economia mista.
 - d) também se depreende das hipóteses anteriores (letras "b" e "c") que não admite a C. Federal nenhuma atividade, mesmo na administração direta, autárquica e fundações públicas sob o regime de emprego.
42. Quando diante de um requerimento a Administração Pública não se manifesta, estamos diante do que os administrativistas costumam chamar de "silêncio administrativo". Desse fato conclui-se que:
- a) o silêncio administrativo, por produzir efeitos, tem o "status" de ato administrativo.
 - b) o silêncio administrativo é uma falta de declaração e tal abstenção gera um ilícito administrativo, porque é dever precípua da Administração Pública manifestar-se quando provocada.
 - c) o silêncio administrativo, por caracterizar-se como falta de declaração, gera o que se costuma entender como "fato jurídico administrativo".



d) o silêncio administrativo gera o ato administrativo informe e tem efeitos que a lei estabelecer: o de conceder ou negar, conforme o caso.

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

43. Aponte a alternativa correta.

- a) compreende a Previdência Social, a saúde, a seguridade e a assistência social.
- b) a assistência social, porque depende de contribuição, tem natureza de seguro social.
- c) a previdência social somente compreende benefícios e não serviços.
- d) a assistência social não tem natureza de seguro social, porque não depende de contribuição.

44. Aponte a alternativa incorreta.

- a) são segurados obrigatórios da previdência social, dentre outros: o empregado, o doméstico, o autônomo, o avulso, o eclesiástico.
- b) o salário-contribuição é a base do cálculo para a apuração da obrigação previdenciária e tem natureza fiscal.
- c) são beneficiários segurados da Previdência Social o empregado doméstico, o trabalhador autônomo, o cônjuge, o empregado de organismo oficial estrangeiro no Brasil.
- d) o direito à aposentadoria por invalidez é conferido mesmo quando a doença é anterior à filiação ao RGPS e a incapacidade decorreu posteriormente a tal filiação.

DIREITO CONSTITUCIONAL

45. Jornada de trabalho. Possibilidade de compensação e de redução da jornada.

- a) somente do celetista.
- b) somente do servidor.
- c) do celetista e do servidor.
- d) do celetista e do servidor contratado fora do regime estatutário.

46. Para efeitos de aposentadoria e de disponibilidade, o tempo de serviço público será contado

- a) somente no cargo.
- b) no cargo e na função.
- c) para serviço público federal, estadual ou municipal será computado integralmente.
- d) em todo e qualquer serviço público federal.

47. O servidor público estável perderá o cargo

- a) só mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa.
- b) só mediante processo judicial em que lhe seja assegurada ampla defesa e com trânsito em julgado.
- c) mediante processo judicial ou administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa ainda que não transitado em julgado (presunção de verdade de que goza o poder público).
- d) em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa.



DIREITO PENAL

48. Empregado noticia à polícia que teria sido assaltado quando na verdade estava se apropriando do numerário. Concurso de crime.
- a) roubo com comunicação falsa de crime ou de contravenção.
 - b) apropriação indébita com denúncia caluniosa.
 - c) apropriação indébita com comunicação falsa de crime ou de contravenção.
 - d) apropriação indébita, não havendo falar em concurso de crimes.

DIREITO INTERNACIONAL

49. Aponte, dentre as alternativas abaixo, a única hipótese em que todas as figuras são consideradas, na atualidade, sujeitos de Direito Internacional.
- a) territórios sob tutela, Santa Sé, OIT, ONGs, conselho da Europa.
 - b) Santa Sé, Soberana Ordem de Malta, GATT, beligerantes.
 - c) BIRD, OMC, ALADI, GATT, Parlamento Europeu.
 - d) Estados, OMS, ONU, FAO, UPU, FMI.
50. Aponte a alternativa que expressa a idéia correta em torno da carreira diplomática.
- a) a carreira diplomática é privativa de brasileiro nato ou naturalizado, abrangendo os chefes de Estado.
 - b) para os efeitos da Convenção de Viena de 1961, criado particular é pessoa do serviço doméstico do chefe de missão, empregado do Estado acreditado.
 - c) agentes consulares são funcionários administrativos, cuja atividade visa a proteger os interesses comerciais do Estado.
 - d) são prerrogativas próprias dos agentes diplomáticos: imunidade de jurisdição, inviolabilidade da missão diplomática, isenção de impostos indiretos.